
PRAGUE – Recomendação para implementação dos grupos de trabalho

Domingo 24, Junho, 2012 – 11:00 até 12:00

ICANN - Prague, Czech Republic

NOVA ZELÂNDIA: Muito obrigado pelo convite para fazer uma breve intervenção.

Eu gostaria de destacar o estímulo e como são boas essas reuniões, mas o café é um ponto importante e gostaria de fazer uma solicitação à Sra. Presidente.

Porque o café tem que ser fornecido no fundo do salão quando poderia ser servido aqui à frente?

HEATHER DRYDEN: Obrigado Nova Zelândia. Já levantei a questão e já fiz essa mesma pergunta no passado e ainda não tive resposta.

NOVA ZELÂNDIA: Muito obrigado Sra. Presidente.

MANAL ISMAIL: Muito obrigado a todos por serem pontuais.

Basicamente temos os pontos na agenda sobre as reuniões do grupo de trabalho BGRI e recomendações sobre registro *online* e também o processo de documentos formais do GAC e também doze compromissos precoces do GAC com o PDP.

Vamos começar pelo registo *online*, vamos avançar um pouco e depois começar rapidamente com esse ponto da

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

agenda para deixar mais tempo para discussões mais profundas sobre as duas recomendações remanescentes da agenda.

Tivemos uma rápida discussão com a presidente da comissão diretiva do GAC sobre como proceder com o registro no GAC *online* e como implementá-lo.

Também acreditamos que vai ser uma boa abordagem em termos de funcionamento e vamos continuar a trabalhar para garantir a finalização e a precisão dos dados inseridos do conselho passado do GAC.

Então estamos trabalhando paralelamente, garantindo a precisão o cuidado e a completção do processo e vamos começar a colocar assim o registro em andamento seguindo os conselhos do GAC e espero que possamos rapidamente concordar acerca do ciclo ou mecanismo usando essa plataforma para utilizar o assessoramento do GAC.

Jennie muito gentilmente colocou aqui um fluxograma resumindo o ciclo.

Podemos debater isso rapidamente, voltar a adotar e depois passamos para os outros dois pontos da agenda, Jennie por favor poderia apresentar o fluxograma na tela?

BILL GRAHAM:

Muito Obrigado.

Bom dia, eu tenho um grande prazer em estar aqui trabalhando com todos vocês. Como disse Manal tivemos uma discussão muito útil hoje de manhã com a presidente e o presidente do GAC.

Essencialmente os dois presidentes avisavam onde nós nos encontrávamos quanto ao registro e o melhor aqui,

provavelmente, seja observar os últimos comentários e, basicamente começar a trabalhar com o registro desde o ponto que se encontra hoje, a partir dos pontos atuais o que nos vai dar uma experiencia real sobre como está funcionando e vai permitir nos fazer todas as mudanças e alterações que forem precisas.

Como os dois presidentes e a Manal, sentimos que o registro agora está em boa forma é pelo menos para começar a trabalhar e que precisam de apenas alguns ajustes menores.

Jennie fez esse fluxograma tão útil vocês já receberam esse material via correio eletrônicos nos últimos dias e podem observá-lo.

Esse fluxograma mostra os passos envolvidos na utilização do registro, começamos com os passos do registro, os passos claros e aqui a noção é que o pessoal de suporte do GAC vai inserir todas as peças de assessoramento do GAC que se encontram por vir, a cada pessoa vai ser designado um número e o GAC vai ser responsável pela revisão da inserção de dados e de ver se os dados são precisos o mais rapidamente possível para que depois a comissão possa avançar quanto às suas respostas.

Estamos discutindo também a possibilidade de enviar uma notificação cada vez que for feita uma inserção e isso dentro do banco de dados para que todos menos os GAC saibam o que isso foi inserido e para que a comissão depois reconheça a recepção desse assessoramento no final da primeira fase de registro.

Depois na fase da avaliação em que as assessorias são avaliadas, as implicações consideradas como discussões de politicas requeridas a nível da comissão e nos pontos

de ação seguintes continuaremos assumindo que o assessoramento é feito e certamente sendo que a intenção do Board é agir seguindo o conselho do GAC e havendo uma boa razão de inserir isso no processo de consulta, o espaço de implementação passaria, depois seriam embarcados e haveria uma aprovação final, a ideia novamente aqui é trabalhar com o registro na forma que se encontra atualmente e agradeço a todos vocês que fizeram comentários e realmente podemos chegar a um ponto em que sentimos que temos aqui a parte essencial do registro já implementada, o registro deve ser completado.

Vamos voltar para suas últimas 43 reuniões e gradualmente confirmar todo esse material que esteja inserido corretamente e acho que também os dois presidentes também concordam que é melhor trabalhar com os itens que já estão aqui e aqueles que estão pendentes avançar desde pontos de assessoramento.

Manal Por favor.

MANAL ISMAIL:

Há algum comentário sobre esse fluxograma? Eu pessoalmente tenho um pequeno comentário mas vamos passar agora ao representante do Reino Unido.

REINO UNIDO:

Muito obrigado, eu sou o Mark.

Muito obrigado também por esse fluxograma que parece excelente. É muito claro e realmente há valor em termos um prazo para o Board a comissão diretiva de duas a três semanas e depois se isso for reconhecido como não ter sido recebido realmente estou considerando isso e quanto à parte final podemos instituir algum tipo de

prazos e reconhecimento de conclusão ou de recepção? São apenas algumas sugestões e me desculpe de não ter explicado isso previamente mas não me lembro se isso já estava aqui.

Obrigado.

MANAL ISMAIL:

Sim e essa é uma questão que devemos inserir.

O prazo esperado para cada passo, acho que podemos facilmente ajustar esse prazo para duas ou três semanas como o senhor disse inserindo assessoramento e o reconhecimento e acho que dentro da fase de avaliação haverá uma data de finalização alvo e é aqui em que devemos começar a verificar e não podemos inserir um período certo para conclusão de todos os elementos porque tudo dependerá do que for implementado aos poucos. Há coisas que podem ser implementadas de imediato e outras que vão precisar de mais tempo e isso dependerá da data alvo que for identificada dentro da fase de avaliação.

Portanto, Ray por favor.

RAY PLZAK:

Obrigado.

Eu concordo com valor interessante e eu acho que além do valor que temos aqui, temos pensado no resto do processamento e pode ser útil se o GAC, na formulação de seu assessoramento, puder incluir nos seus dados operacionais uma data limite a respeito de certas porções do registro que seja a partir rotineira do procedimento, acho que isso vai ajudar a facilitar esse processo.

MANAL ISMAIL: Muito obrigado, dou então a palavra ao representante do Paquistão.

PAQUISTÃO: Eu sou o representante do Paquistão.

Eu gostaria de comentar numa avaliação, o item 2, pode haver alguns documentos materiais requeridos por parte do GAC e de assessoramento do GAC quanto ao registro, como o Board comunica com o GAC? No caso do registro de qualquer assessoramento e se o Board tem algumas reservas durante esse assessoramento essa avaliação se precisa se requer algum documento e como seria o fluxo de interação a respeito disso?

MANAL ISMAIL: Não sei se eu entendi bem a pergunta do senhor.

Eu tenho um comentário aqui sobre a fase de avaliação que fala acerca da decisão da comissão. O conselho aceita e depois passamos pelo fluxo normal desse gráfico e se o conselho não é seguido devemos ramificarmos e fazer um novo fluxo com uma consulta que pode ser disparada de acordo com os estatutos.

PAQUISTÃO: Antes de uma decisão pode haver algum documento? E também se o Board tiver alguma reserva sobre esse conselho como é? Em que passo isso é coberto antes da decisão final de aceitação/não aceitação?

MANAL ISMAIL: Sim, isso vai ser feito através do pessoal.

Será refletido também onde nós estivermos dentro da fase de implementação sim

Bill o que você acha?

BILL GRAHAM:

Acho que é correto.

Sim há um processo para as duas pré-consultas antes da rejeição de conselhos e a consulta formal dos estatutos também, de acordo com isso, se houver rejeição teremos essas duas vias de respostas que devem aparecer dentro desse fluxograma como a Manal sugeriu.

Eu só quero chamar a atenção sobre a segunda parte da agenda que é revisar esses processos e começar uma discussão sobre se há outros mecanismos que sejam necessários para tratar ou implementar aqui.

MANAL ISMAIL:

Temos alguma outra reação ou resposta? Ou continuamos com o fluxograma?

Ok, perfeito.

Temos dois comentários para inserir sobre a duração da fase de registro e uma data alvo sugerida pelo GAC para seu conselho.

Bom, então vamos fazer as modificações necessárias.

Vamos fazer circular isso e como Bill disse, isso vai ser estendido à medida que formos aceitando outros passos do processo e talvez possamos passar para o ponto 2 da agenda.

Nesse ponto 2 da agenda se encontra no processo a documentação formal do Board e GAC e o pessoal da ICANN preparou algum material e isso foi feito depois de uma solicitação de última hora e temos aqui a Samantha.

A Samantha vai levar-nos através do material preparado.

Obrigado novamente Samantha por ter vindo aqui em tao pouco tempo de aviso.

SAMATHA EISNER:

Estou muito contente por estar aqui.

Eu sou Samantha Eisner e isto é muito bom aqui, tudo flui muito bem dentro das conversações e acabei de completar o fluxograma do assessoramento da ICANN e em Dezembro de 2010 o pessoal da ICANN criou duas propostas e processos.

Não para receber assessoramento do GAC mas para que a comissão pudesse levar em conta os conselhos do GAC, então há um processo prévio de consulta prévio e depois há outro processo formal de consulta conforme o estabelecido nos estatutos.

E aqui temos uma questão que a determinação da comissão de que uma determinação é inconsistente de acordo com a sessão do GAC e portanto o que no processo de consulta prévia permite que a diretoria envie um sinal ao GAC de que pretende tomar uma decisão que não é consistente com a decidida pelo GAC em que o GAC e a comissão dessa maneira perceberão que a consulta não é necessária de acordo com um processo formal da consulta, aqui na tela estou mostrando o processo de consulta prévio aos estatutos mas aqui diz que a comissão diretiva faz uma identificação prévia de uma possível incongruência com o assessoramento do GAC que já recebeu.

Uma vez que a comissão tiver feito a designação também designarão representantes para que estabeleçam um elo de ligação com o GAC para o processo todo.

Basicamente aqui temos uma notificação escrita para o GAC sobre as ações que a comissão quer adotar e que considera que podem ser incongruentes com o assessoramento do GAC de acordo com a interpretação da comissão a respeito desse assessoramento.

E pode dar explicações explicando porque acha que não é congruente. Este aviso também pode solicitar um esclarecimento por parte do GAC sobre este assessoramento e por último uma solicitação para que informe a comissão diretiva determinada pela comissão será incongruente a respeito do assessoramento do GAC.

Nesse processo é proposto que o GAC tenha um pedido de 30 dias para estabelecer essa associação entre si e também com os representantes da comissão diretiva e também para ver se a ação pretendida pela comissão é consistente com o assessoramento do GAC.

Caso for determinado no GAC que a medida a ser adotada pela comissão não seja congruente com o assessoramento o GAC poderá oferecer uma resposta que esclarece esse assessoramento que foi oferecido previamente em caso tenha sido necessário e ao mesmo tempo pede que o GAC ofereça uma justificação do porque das suas ações, a comissão seria incongruentes com o assessoramento recebido pelo GAC e também identificado qualquer prejuízo que pudessem identificar caso a comissão avançasse nessa direção mesmo identificada por incongruente com o assessoramento do GAC

Nessa instância isso gera outro período de 30 dias denominados de consulta prévia e isso permite que o GAC e a comissão tentem identificar uma proposta de resolução para essa inconsistência.

Depois desse período de tempo a comissão vai reunir para considerar se vai continuar adiante com uma ação que seja considerada incongruente com a assessoria do GAC ou não, um dos resultados desse período de pré-consulta, pode ser que o GAC determine que essa ação, tomada pela comissão, não vai ser incongruente ou que a comissão modifique ação e sua reação ao processo de consulta prévia mas depois a comissão vai se reunir para determinar e demonstrar que a ação que vai tomar é a tal e vai dar ao GAC um anuncio de determinação, isto é caso essa ação possível continue sendo considerada incongruente com a assessoria dada pelo GAC depois o GAC vai ter um período de 30 dias após a comissão ter feito essa determinação para apresentar objeções.

Ao fato de que a comissão tome essa ação que está em questão ou que não faça nenhuma objeção.

Se houver uma objeção, vai se passar para o processo de consulta que está estabelecido nos estatutos então tudo isso acontece antes que a comissão tome uma ação em termos de uma resolução final que seja colocada em andamento mas tudo isso acontece de maneira que conste nas atas então há um aviso da comissão ao GAC e a resposta do GAC tem que ser em documentos que estejam disponíveis para o público e esperamos poder encontrar algum lugar perto do registro para reunir toda essa documentação para manter a transparência.

Depois passamos ao ponto em que a comissão determina que vai tomar uma ação que tanto o GAC como a comissão consideram que é incongruente ou se não uma ação que a comissão decide tomar e entende que é incongruente com a assessoria do GAC mas não tem que procurar qualquer esclarecimento por parte do GAC que por algum motivo não instituiu a consulta ou o processo de consulta prévio a aplicação do estatuto mas a

comissão diretiva tem que avisar por escrito ao GAC através do pessoal que indique que a comissão vai proceder com essa ação e o GAC tem um período de 30 dias no qual pode oferecer uma declaração por escrito à comissão, muito parecida com aquela considerada no processo de consulta prévia na aplicação dos estatutos, que peça a justificação da assessoria do GAC e que diga qual seria possível dar no prejuízo que pudesse surgir devido a aplicação dessa ação pela comissão.

Também o GAC poderia dar esclarecimento com relação à assessoria que ofereceu antes, depois a comissão vai ter 10 dias depois desse aviso chamado “declaração do GAC” dentro do qual o presidente de ambos os órgãos não se pode considerar apropriado reunir-se para fazer uma consulta impessoal, o prazo para essa consulta deveria se realizar na próxima reunião pública planejada da ICANN e não deveria acontecer mais de 60 dias depois de que os presidentes de ambos os órgãos se tenham reunido para determinar como vão proceder com essa consulta.

Isto basicamente é um prazo de 70 dias que o GAC pede ou fornece à sua declaração para esclarecimento da assessoria para o processo formal de consulta os presidentes de ambos os órgãos podem determinar de forma conjunta, que se determina essa consulta, e se não houver uma reunião pública programada da ICANN ambos podem acordar continuar de maneira telefónica ou em pessoa com esse processo de consulta e essa consulta poderia ser moderada por uma pessoa selecionada e aceite por ambos os presidentes (o da comissão e o do GAC).

Se a comissão e o GAC tem um representante nomeado para as representações nesse processo de consulta para poder estabelecer e colocar as perspectivas das diferentes

partes nessa ação em que há uma controvérsia e oportunidades para que ambas as partes formulem perguntas para que a discussão possa transcorrer sem problemas entre a comissão e o GAC e ambos tem a possibilidade de oferecer declarações por escrito adicionais para apresentação e consideração na consulta com o requisito de que eles sejam previstos pelo menos com três semanas antes da consulta para poder se preparar nessa consulta a comissão e o GAC tentarão depois seguir os estatutos para chegar a uma solução de boa fé que seja aceitável para ambas as partes para evitar que caso a comissão tome uma ação ou para que a comissão possa tomar uma ação que não seja incongruente com a assessoria do GAC, esse documento tem que contemplar essa noção de compromisso quando se finalize a consulta a comissão pode considerar afirmar ou recuar com essa ação ou ter outra ação para retirar essa incongruência se ela existir.

E se a comissão reafirma essa ação disputada a comissão tem que emitir uma declaração ao GAC mostrando porque ou quais os motivos pelos quais não se seguiu a assessoria oferecida pelo GAC e isso está especificado nos estatutos e a comissão fez dentro da resolução ou dentro da justificativa para resolução com a decisão do ICM bem como com a decisão dos novos gTLD onde deu informação pela qual porque a comissão agiu em contravenção com a assessoria do GAC.

A comissão também pode decidir não dar marcha ré e o GAC poderia concluir toda a consulta ou discussão da sessão ou poderia ainda chegar a uma ação de compromisso com base na consulta e como no processo de consulta prévia toda a documentação criada nesse processo de consulta entre ambos os órgãos deve ser

considerada parte do registro público e deve ficar a disposição do público.

Esses são os dois processos que foram estabelecidos em Dezembro de 2010 no momento em que a comissão decidiu comissão decidiu tomar ação do acordo de ICM onde precisava da criação de algumas propostas de processos para que o GAC e a comissão pudessem pelo menos levar adiante as primeiras consultas.

BILL GRAHAM:

Muito obrigado Samantha.

Uma das perguntas que temos aqui, supondo que tanto a consulta prévia, os estatutos que estivessem envolvidos, quanto levaria? Porque estaríamos aproximadamente em 180 dias.

É assim?

SAMANTHA EISNER:

Eu acho que esse cálculo pode levar mais tempo, isso depende de quanto tempo leve a comissão entre o período da consulta e o período prévio à consulta mas em suponho que 6 meses é o prazo mínimo supondo que se cheguem a todos os prazos máximos.

BILL GRAHAM:

Obrigado Samanta, foi muito útil esse acréscimo.

Para esse grupo de trabalho eu quero apontar que nenhum desses documentos desde dezembro de 2010 foi aprovado pela comissão diretiva da ICANN.

Então são realmente documentos abertos para o debate sobre como vai ser o processo de consulta dos documentos caso haja desacordo entre o GAC e a comissão diretiva ainda ou concretizá-lo.

Esses documentos são muito detalhados, como não estão aprovados pela comissão o que nós precisamos desse grupo de trabalho é receber os seus comentários sobre esses documentos e depois também tem que existir uma discussão entre o GAC e a comissão sobre as recomendações do pessoal para ver então se esses procedimentos são os adequados.

Quando isto estiver certo a comissão vai ter que debater sobre esse tema e analisá-lo.

Então em primeiro lugar precisamos de um esclarecimento e depois se o GAC tem que debater entre si esses processos nós do lado da comissão vamos fazer o nosso trabalho vamos ter um intercâmbio de correios eletrônicos desde hoje até a reunião em Toronto para ver como vai avançando talvez possamos fechar na reunião de Toronto esses temas. Não sei se acha que é uma solução apropriada.

MANAL ISMAIL:

Sim acho.

Vejo a Noruega e os EUA.

Tome a palavra, representante da Noruega.

NORUEGA:

Obrigado pela apresentação, isto já foi mencionado antes mas é um comentário e não uma pergunta, esse processo parece bastante direto mas também longo e queria apontar que não se deve deixar de prestar atenção à redação que tem as assessorias do GAC.

A assessoria tem que ser o mais clara possível temos que tentar estar de acordo com a redação da assessoria que damos e nesse processo de idas e voltas temos que ter

em conta sempre qual foi a redação original porque não sei se podemos ir modificando entre uma reunião e a outra ou dentro do que é o tema dos correios eletrónicos, porque se não começa a ficar eliminado e não se sabe qual foi a assessoria e a intenção inicial dessa assessoria.

Obrigado.

MANAL ISMAIL:

EUA, por favor.

EUA:

Obrigado pela apresentação.

É bom realmente ter esse panorama geral e obrigado Bill por todos os esclarecimentos, suponho que não espera que hoje demos todas as respostas.

Eu procurei alguns arquivos e encontrei diferentes versões e diferentes datas.

Não sei o que fizeram os meus colegas, eu achei uma que tem controlo de modificações e diz que num determinado momento tentou dar comentários em Janeiro de 2010 que suponho que deve ser Fevereiro de 2011 e depois 17 de Dezembro de 2010 então não sei qual é o documento.

Eu confio no que disseram mas qual é o documento sobre o qual estão pedindo comentário porque disseram que se temos modificações temos que oferecê-lo com controlo de mudanças.

Para modificar a redação acho que são documentos densos e acho que seria bom que nos dessem a oportunidade de ter mais clareza, agradeceria uma resposta.

Obrigado.

BILL GRAHAM: Obrigado por assinalar o tema das versões, representante dos EUA.

Eu acho que vamos vê-lo em outro momento, acho que é importante mas vamos tentar dar a última versão para não multiplicar os esforços.

MANAL ISMAIL: Temos a Alemanha, Dinamarca e o Reino Unido.

Primeiro toma a palavra o Representante do Reino Unido.

REINO UNIDO: Obrigado Manal.

Obrigado por nos ter dado detalhes desses documentos tão complexos, vamos precisar de tempo para analisá-los e consultar com os colegas aqui presentes.

Tenho uma preocupação que é como é que isso não leva em consideração a maneira em que nós trabalhamos? Por exemplo, no processo de consulta antes dos estatutos falam em 30 dias mas diz 20 dias uteis, dentro desse período os membros individuais do GAC devem consultá-lo a nível nacional depois voltar para o GAC.

Talvez precisemos de assessoria jurídica ou assessoria de especialistas e depois precisamos chegar a um consenso dentro do GAC então eu me questiono, eu não sei se realmente foi considerada a maneira em que nós trabalhamos 20 dias uteis que é realmente um prazo muito breve queria apontá-lo agora neste momento e não tenho nenhum outro pronto sobre o qual tenha que pedir esclarecimento.

Espero que se tenha considerado a maneira em que nós trabalhamos.

Nós não chegamos a decisões muito rápidas principalmente em temas críticos como este estamos falando em divergências entre a comissão e o GAC o tema de consultas ampliadas e isso é o que eu queria apontar no meu comentário.

MANAL ISMAIL:

Obrigado Reino Unido.

Tem a palavra Alemanha.

ALEMANHA:

Muito obrigado, pela preparação desse documento realmente de grande valor e também entendo que colocaram meus colegas do Reino Unido, EUA e Noruega, acho que também é um tema de preocupação.

Isso me permite fazer uma observação adicional no processo, um desses temas é que em alguns casos o GAC pode deixar em claro que antecipar o processo de consulta dos estatutos, se houver alguma decisão da comissão que fora antecedida.

Acho que neste caso precisaríamos de outro processo prévio porque a assessoria do GAC nesta situação vai ser claro que nós antecipamos um processo de consulta dos estatutos e a comissão não continua com a nossa assessoria no caso dos novos gTLD tivemos o tema onde oferecemos assessoria acessória porque antecipávamos esse tipo de processo de estatuto e em segundo lugar nesse processo temos representantes do GAC num tema muito sensível sobre se as consultas dos estatutos teriam que ser levadas a cabo ou não.

Em geral os membros do GAC falam por si próprios e por seus governos mas por todo o GAC do meu ponto de vista não é tão fácil delegar essa responsabilidade em dois ou mais representantes.

Certamente isto terá que ser considerado nos futuros debates porque não sei se isso vai se refletir gradualmente.

MANAL ISMAIL: Obrigada Alemanha, tome a palavra Dinamarca.

DINAMARCA: Obrigada pela apresentação e pela oportunidade de comentar sobre esses rascunhos desse momento.

Eu acho que seria muito útil entender em que medida esses rascunhos foram debatidos pela comissão diretiva. Eu acho que são documentos preparados pelo pessoal. Quanto debate houve na comissão sobre esses rascunhos e qual o processo que esperam daqui para a frente?

Eu acho que isso seria útil para a nossa análise e para fazer os comentários sobre esse rascunho ara saber exatamente em que ponto do processo a gente se encontra.

Obrigado.

BILL GRAHAM: Obrigada Dinamarca e obrigado aos outros comentários que são úteis e reconhecemos que alguns desses comentários que já foram ouvidos anteriormente nos temas colocados e entendo que vocês precisam considerar os prazos do GAC e a forma de trabalhar do GAC a respeito da consideração que deu a comissão bem

eu sou muito novo na comissão para dar uma opinião não sei se Chriss Disspain pode dar uma opinião.

CHRIS DISSPAIN:

Bom, posso ser corrigido por algum outro na sala mas eu acho que não houve consideração, não sei, realmente talvez Sam saiba alguma coisa.

SAMANTHA EISNER:

Eu acho que houve algumas conversas a nível da comissão diretiva é importante considerar em que momento foi criado esse documento.

Surgiu depois de que a comissão dissesse que iria agir sobre ICM e também os passos prévios ao novo programa de gTLD.

Então Suzanne, você falou sobre algumas datas e isso foi antes de que a comissão e o GAC começassem a ter as consultas então passamos de apresentar um processo e perceber que talvez fossemos ficar na negociação em lugar de avançar para ver como podiam ser feitas consultas sobre temas importantes e se eu me lembrar bem não houve uma conversa sobre os detalhes do processo.

Acho que todos devemos avançar temas fundamentais de fundo e depois ver como vai ser o processo, acho que não se progrediu muito a esse respeito mas acho que todos devíamos considerar como novo processo de consultas sobre os novos gTLD bem como os processos de consulta o ICM podem oferecer uma atualização desse processo do ponto de vista do pessoal, não estou falando em nome da comissão, mas o pessoal aprendeu muito dos processos do GAC com as consultas sobre novos gTLD e isso foi somado a todas essas considerações.

Obrigado.

BILL GRAHAM:

Obrigado Samantha, muito boas as suas sugestões.

O que eu tenho como conclusão é que tanto a comissão quanto o GAC estão na mesmo lugar com relação a esses documentos ambos devemos discuti-los entre nós e chegar alguns pontos fundamentais.

Penso que dessa reunião temos que sair pensando que devemos procurar a versão mais recente com controlo de mudanças como disse a representante dos EUA.

Essa nova versão tem que estar disponível para o GAC e temos que fazer um debate interno dentro da comissão diretiva também, a Samantha também disse que devemos levar em consideração a experiencia que tanto a comissão quanto o GAC tiveram desde o rascunho original dos documentos e como pode ser feitas as modificações, para que os documentos se transformem em documentos uteis e de trabalho.

Isso também tem a ver com o debate sobre como podemos fazer uma consulta mais eficaz entre a comissão e o GAC bem como com outras organizações auxiliares ao comité de assessoria para processos de consulta, isto faz parte de um continuo e eu penso que devemos vê-lo com essa visão, não sei se tem alguma outra pergunta preliminar porque penso que esse seria o caminho que deveríamos continuar e passar para outro ponto da agenda.

MANAL ISMAIL:

Bom muito bem, vamos passar para o terceiro ponto da agenda.

Jeannie pode colocar a apresentação no ecrã?

Jeannie coletou informação sobre GNSO e ccNSO ou PDPs em correlação às perguntas que fizeram nos grupos de trabalho houve material que circulou pela lista de meios que temos mas não sei se todos tiveram tempo de analisar todos os documentos e é por isso que tentaremos apontar aquilo que é chave num par de slides para poder facilitar o debate.

Rapidamente, como podem saber o GAC é um comité assessor da comissão.

Normalmente a comissão notifica a presidência do GAC de maneira oportuna, se existe um comentário público que estão procurando as SO ou AC sobre perguntas que tenham a ver com a politica pública, a comissão deve em tempo oportuno e responder essa notificação antes de passar a ação depois os estatutos estabelecem um processo de consulta e requisitos de apresentação de relatórios se a comissão decidir não seguir com a assessoria oferecida pelo GAC.

É importante que o GAC de maneira precoce dê a sua contribuição nos PDP para considerá-lo para evitar chegar a recomendações finais que talvez sejam contraditórias com a assessoria do GAC e ao mesmo para economizar esforço e tempo nas contribuições que poderia oferecer o GAC e nas recomendações finais que se apresentam à comissão, essa é uma introdução breve antes de chegar aos temas de fundo.

Novamente, nos concentrámos nas perguntas apresentadas na lista de correio.

A primeira é se as organizações auxiliares tem que procurar proactivamente assessoria do GAC e se a resposta for afirmativa quando.

Conforme o processo previsto de PDP na GNC não há requisito para que a GNCO procure a contribuição do GAC mas o manual de PDP encoraja os grupos de trabalho de PDP que solicitam as opiniões a procurar as contribuições também dos conselhos assessores incluindo o GAC para a ccNCO conforme o anexo B dos estatutos, o presidente do ccNCO tem que enviar formalmente ao presidente do GAC um convite para dar assessoria ou opinião GAC ao receber o relatório final, não sei se o relatório final significa mais para a frente do processo ou antes.

Depois a segunda pergunta é se há alguma regra para gerenciar as contribuições do GAC nos processos de PDP, para a GNCO a contribuição da politica publica ao GAC não é de maneira tratado de maneira diferente das outras partes interessadas e além de proporcionar uma resposta direta ou indireta não há consulta formal, caso não haja um acompanhamento da contribuição no caso ca ccNCO não há regra estabelecida.

Pode haver uma resposta direta e consolidada e caso não se faça um seguimento da contribuição do GAC não há nenhuma consulta, no caso da ccNCO não há regra alguma estabelecida e o GAC participou no processo rápido, o *fast track*, e no grupo de trabalho e é necessário adesão e apoio do GAC para apresentação de recomendações à comissão diretiva conforme as cartas constitutivas dos diferentes grupos de trabalho não há nada estabelecido formalmente mas essa foi a prática para o grupo de trabalho do marco de interpretação e também para o processo de *fast track*.

Há alguma diferença entre os processos da ccNCO e da GNCO? Há duas diferenças principais, pede-se que a ccNCO convide o presidente do GAC a oferecer opinião ou assessoria quando se recebe o relatório final, há o passo em que a equipe de PDP da GNCO deveria pedir

contribuições de outros assessores, incluindo o GAC, conforme a carta constitutiva.

Se o GAC não apoia ou garante isto, a ccNCO não vai poder continuar.

Basicamente isto resume os outros dois slides.

Eu acho que agora podemos abrir o microfone para que os participantes façam seus comentários.

Chriss por favor.

CHRISS DISSPAIN:

Eu vou colocá-los aqui em contexto.

Essa ultima parte do último slide fala sobre as partes constitutivas dos grupos de trabalho. É uma escolha e não fomos obrigados e há coisas claras que podem não interessar o GAC e outras que podem ser de interesse para o GAC.

É importante ver o que acontece nos estatutos e que acontece na prática, os estatutos são muito gerais com afirmações muito amplas mas a prática é a melhor maneira de funcionar e estabelecer uma relação de apoio correspondente o GAC.

Para dar um exemplo simples o estatuto da ccNCO requer que seja procurada a contribuição do GAC no relatório final mas isso é tarde de mais e não funciona bem.

Nós reconhecemos isso no passado e estamos contentes por termos esse tipo de anúnciação nos estatutos mas não seria muito inteligente da nossa parte dos ccNCO procurar essa opinião na parte final de não fazer com que o GAC participe no começo de um processo PDP, se o ccNCO reconhecer que o GAC tem métodos diferentes de

operação e eu acredito que teve sucesso unindo esses dois métodos de trabalho mas não há nenhuma regra escrita sobre isso, e o que nós fazemos muitas vezes é aceitar a opinião do GAC que não podem ser criados subcomités, que não podemos ter pessoas dedicadas especificamente aos nossos PDP então foi feito o seguinte:

No grupo de trabalho e no marco de interpretação (e isso é um exemplo clássico) qualquer um do GAC pode participar mas na pratica isso não acontece mas há muitas pessoas que realmente se interessam, elas vem e participam nos diálogos e recorremos a eles cada vez que for preciso e essas pessoas também se asseguram que vocês recebam a informação correspondente.

Uma coisa então são os estatutos e outra são as coisas que podemos fazer na prática para que seja operacionalmente mais eficaz.

MANAL ISMAIL:

A Itália tem a palavra

ITÁLIA:

Muito bem.

Muito Obrigado, eu acho que a questão de que o GAC participe das primeiras etapas do processo PDP é muito importante e realmente é uma questão que também deveria ser publicitada ao mundo exterior, porque eu fui seguindo várias relações e aqueles que não são amigos do modelo ICANN em geral, e eles ainda continuam a dizer que o GAC é fraco de mais, primeiro porque não dão direito de veto para a comissão e segundo porque não participa da fase preparatória das questões de política pública, e isso não é bem assim porque há vários anos

que a coisa é diferente e nós devemos completar, por exemplo adicionar um fim e publicitar a situação para o mundo exterior porque a minha situação, sendo membro sénior do GAC, para mim este comité tem uma grande competência e influência também nas decisões vinculadas com a comissão diretiva em comparação com a representação governamental que não tem essa competência interna especialmente nas questões que estão na pauta.

Então estamos a seguir com a agenda do GAC e da comissão o tempo todo mas para o mundo lá fora deve ficar claro que essa situação é assim especialmente na conferência do Dubai em que o modelo da ICANN, os representantes governamentais já participaram numa etapa precoce dos processos de política pública.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigado Itália, alguém tem alguma pergunta?

Reino unido por favor.

REINO UNIDO:

Eu quero fazer um comentário geral.

Eu acho que todos nós somos conscientes do risco de que uma organização auxiliar inicie um processo de PDP.

É uma questão de política pública, ignorando aqueles aspetos que têm a ver com o interesse público, eu concordo com Chriss quanto as questões praticas, como participamos, por exemplo, como fazemos consultas, porque não trabalhamos de maneira isolada, porque a informação flui pela comunidade toda e também no GAC de forma imediata para que todos saibam o que está acontecendo e possivelmente naqueles caso em que o GAC pode dizer “cuidado”, pensaram acerca disso?

Devemos assegurar-nos de que a decisão não deve estar em mãos da organização auxiliar porque devemos consultar o o GAC para que possa identificar algo que a organização n tenha identificado e que lhe pareça algo muito remoto e esse é um comentário muito geral.

Eu acho que aqui a impulsão motora é correta, há oportunidades aqui, as primeiras etapas do processo que devem ser bem compreendidas, para saber onde é que o GAC poderá ajudar ou identificar algum aspeto que a organização de apoio de exporte talvez não tenha identificado, então conservar os processos das múltiplas partes interessadas não é responsabilidade do GAC mas têm a ver com uma questão de cooperação, de comprometimento, de metodologia de trabalho construtivos que ajudem a comunidade a trabalhar nessas questões e fazer com que o GAC participe.

Isso devia ficar claro para todos.

MANAL ISMAIL:

Obrigado, dou a palavra então aos EUA.

EUA:

A apresentação em PowerPoint é muito útil para apoiar este tipo de processos e desenvolvimentos de políticas.

Eu diria que é uma conexão - e o Peter tem o texto aqui na tela - devemos rever ou pelo menos lembrar que a recomendação deles identifica que a comissão diretiva mereceria um processo documentado mais formal pelo qual notifica por escrito ao GAC sobre aquelas questões sobre política pública.

Isso tem a ver com o que disse representante do Reino Unido que não precisamos necessariamente de carregar

as organizações auxiliares para que sejam elas que tomem as decisões por si próprias.

Há duas fontes, uma o GAC e outra a comissão diretiva, e não queria perder de vista a recomendação delas e eu acho que formalmente já temos coberto isso e também gostaria de referir algumas ideias que nós experimentamos.

Não temos muito tempo aqui para rever isso, mas acho que na próxima reunião podemos considerar isso e talvez ter algum estudo de casos segundo experiencia do GAC com a ccNCO e com a experiencia do GAC com a GNCO.

Todos nós deveríamos esclarecer bem e ver realmente onde podemos oferecer apoio na prática para poder estabelecer essa boa partilha de trabalho com a comunidade, o GAC e a GNCO se reuniram à vários anos de forma presencial com contactos informais também com diferentes actividade de ascensão e finalmente precisamos de respeitar o facto de que nós, o GAC, estamos aqui com umas quantidades limitadas de membros e que a GNCO e a ccNCO também tem poucos membros e seus próprios procedimentos e para o caso dessas duas organizações essas regras também significam o direito de voto por isso ser um membro informal significa que não temos esses estados.

Entendemos isso e além sim de acordo aos estatutos e se eu tiver aqui uma louça poderia fazer bons diagramas nos estatutos em que nós estamos estruturados para dar assessoramento diretamente à junta.

Há muitas linhas pontilhadas aqui que mostram, e eu quero sugerir aqui que vamos experimentar, um pouco com as ideias novas para complementar essas linhas pontilhadas que já existem para podermos falar sobre o

valor, o mérito de termos um assessoramento numa etapa precoce do processo mas que devemos ainda explorar alguns passos práticos para tentar aplicar diferentes métodos à disposição porque as ferramentas atuais que temos à disposição não funcionam bem apesar das boas intenções, não cumprirão com o espírito e intenção recomendações.

Portanto sugiro que identifiquemos algumas soluções com as quais possamos experimentar, obviamente que isso envolveria consultas com as organizações auxiliares porque precisaríamos do seu feedback.

Eu sei que ninguém gosta de ler os relatórios antigos mas o relatório do grupo conjunto que precedeu esse grupo explica, por exemplo, porquê continuar com os *links*, as organizações auxiliares e os comités de assessoramento, deixando o GAC uma solução operacional e se perguntarmos essas ao comités ou às organizações que podem oferecer esses vínculos qual seria a situação aqui? Ou talvez o GAC pudesse ter um papel mais fundamental como conduto para oferecer informação sobre as partes diferentes em que poderiam oferecer algum problema mas não sei se o pessoal pode lidar com isso, mas isso permitiria à comissão - vamos fazer uma pausa, vamos refletir antes de ir além e antes de fazer a votação - devemos assegurar-nos de que nós, a comissão tenhamos uma sensação de segurança, considerando todas as visões das múltiplas partes interessadas da ICANN.

Isso é porque talvez, embora não sejamos membros de uma organização auxiliar, talvez tenhamos um papel muito importante nesse sentido e talvez possamos experimentar um pouco tentando apresentar linhas mais firmes em lugar de linhas pontilhadas e em vez de emendar os estatutos que sempre é uma alternativa, que

significam um esforço maior que agora não seria bom adotar.

BILL GRAHAM:

Obrigado EUA.

Eu estava lendo o documento de informação do pessoal porque sabemos que há relatórios sobre essas interações entre o GAC, o GNCO e as organizações de suporte.

O facto de que a comissão diretiva possa notificar a presidência do GAC sobre qualquer actividade da organização apoio ou sobre comité assessor que tenha a ver com a política publica é algo que se destaca numa área em que talvez poderíamos procurar mecanismos que signifiquem algum tipo de monitoramento ou recomendação precoce para assegurar de que o assessoramento do GAC seja algo realmente procurado e que seja uma etapa adequada no processo então agradeço qualquer sugestão que vocês possam ter para que isso dê certo.

MANAL ISMAIL:

Temos aqui a Austrália.

AUSTRÁLIA:

Obrigado Bill pelo seu comentário e obrigado aos EUA, realmente destacam alguns dos aspetos chave deste processo, seria bom continuar discussões sobre este aspeto e também agradeço à Suzanne por todas as imagens aqui e quando fala de linhas pontilhadas vincula diferentes processos.

Eu acho que Bill definiu como algo menos definido, eu estava aqui querendo dar um exemplo e estou lembrando, a interação do GAC e da ccNCO, em que

houve um pedido de princípios provisórios em que se procurou a contribuição do GAC numa etapa precoce do processo mas que não era algo que fosse considerado propriamente assessoramento do GAC, questões muito genéricas, questões que estão sendo debatidas e assessoramento do GAC seria como um bloco mais concreto se seguirmos essa ideia das imagens com linhas pontilhadas.

Então foi procurada uma contribuição do GAC embora possa ou não ser possível mas acho que esses princípios interinos foram alcançados graças ao GAC.

Não foi algo que foi feito de uma maneira por um grupo de trabalho, mas talvez se inseriu um exemplo que podia ser explorado como algo que fica no ponto intermédio em que os membros do GAC podem dar algum tipo de informação.

MANAL ISMAIL: Obrigada Peter, Chriss tem a palavra.

CHRIS DISSPAIN: Obrigado, eu concordo.

Eu gostaria porém de fazer uma advertência, devemos ter cuidado quando falamos em normas que tentamos utilizar na GNCO e no ccNCO, como todos nós tamos aqui na mesma situação tentamos não ter um processo de desenvolvimento de politicas enquanto a GNCO como estão em um processo diferente eles querem um processo de desenvolvimento politico, porque poderão confiar nesse processo sabendo que todos estão incluídos aqui e que terão suporte, embora isso seja uma etapa de experimentação, esse experimentos devem ser diferentes

porque são critérios diferentes e diferentes conjuntos de critérios.

MANAL ISMAIL:

Obrigado Chris. Não tem porque ser a mesma solução para todas as comunicações com todos os SO e AC.

Ray tem a palavra.

RAY PLZAK:

Obrigado.

Primeiro gostaria de dizer que eu concordo com o que foi dito pelos EUA embora o facto de eu ser americano, mas de acordo com a minha experiencia pessoal e advertindo as diferentes formas de registos fizeram com que os governos participassem nesse momento politico e os diferentes mecanismos aqui e respeito dos diferentes GNCO e ccNCO estiveram operando durante muitos anos, enquanto há registos regionais, eu vi comentários pessoais feitos pelos membros da RR, FBI, o departamento de justiça dos Estados Unidos e outros tipos de organizações que nos educaram a respeito da consciência que nós devemos ter nesse processo de geração de políticas deste nível inferior, até uma política que seja importante e que tenha envolvido o interesse público.

Eu me ofereço para trabalhar nessa área, e se pudermos encontrar algum mecanismo formal que possa funcionar e que não seja algo pesado para que o processo possa continuar sem maiores fissuras.

Obrigado.

MANAL ISMAIL: Existe mais algum comentário por parte dos membros da sala? Paquistão tem a palavra.

PAQUISTÃO: Eu acho que é importante, nos procedimentos de políticas dentro da ICANN em que é incluído no modelo de partes interessadas a voz dos governos, de qualquer governo, e aqueles que tiverem problemas com, por exemplo, os nomes de domínio e que conhecem também acerca de outros assuntos desenvolvidos é o GAC que têm a representação dos governos.

Então sugerimos que o GAC possa participar dos procedimentos de geração de políticas tanto da ccNCO quanto da GNCO.

MANAL ISMAIL: Obrigado Paquistão.

Comissão Europeia, por favor.

COMISSÃO EUROPEIA: Obrigado, eu gostaria de agradecer a todos aqueles que fizeram uma apresentação e comentários.

Eu estive escutando com muita atenção e foram contribuições que realmente enriqueceram o debate.

Eu não sei se eu vou escolher a palavra adequada porque o Inglês não é a minha língua nativa mas às vezes é difícil entender com que alcance uma autoridade pública pode participar nos processos de desenvolvimento de políticas numa organização.

Vamos continuar participando comprometidos porque é importante isso para a comissão europeia em que nós temos um mecanismo de autorregulação porque temos

melhorado ao longo dos anos, o que pode ser útil também, mas algumas das reflexões que ouvimos há dois pontos que eu gostaria de destacar, pontos de reflexão que são importantes para a comissão.

O primeiro é um entendimento e eu não quero parecer crítico a respeito do processo atual das organizações que participam do processo atual mas é um motivo pelo qual os governos e autoridades públicas desejam participar durante as etapas precoces porque precisamos garantir a prestação de contas, pensamos que esses procedimentos possam ser seguidos porque daqui a 10 anos isso pode acontecer e podemos encontrar-nos perante uma corte de justiça defendendo uma certa posição, teremos que justificar porque defendemos esta posição e não aquela, e também encontramos em segundo lugar que os membros do GAC que forem participar devem saber claramente que tudo isso é sempre juízo de uma posição que a comissão possa adotar no futuro, devemos ter muito cuidado porque francamente encontramos também esses problemas no passado quando fazemos uma sugestão ou damos uma opinião sem dizer “hoje eu pensei acerca disso por causa de uma consulta” e isso não tem a ver com a posição formal da comissão ou a posição de outros membros do GAC, isso deve ficar bem claro e acho que igualmente podemos continuar avançando para alcançar um ponto de acordo e são esses os pontos que eu queria esclarecer antes de continuar.

MANAL ISMAIL:

Obrigado.

A Austrália tem a palavra.

AUSTRÁLIA:

Obrigado a comissão europeia pelo comentário porque é muito útil.

Nós sempre tentamos, sempre pensamos quais são as ideias e os passos futuros - para onde é que nós vamos? - e uma das coisas que eu pensava sugerir é que devemos considerar exatamente qual é o formato, a forma do local de trabalho, aqui também já foram destacados alguns princípios que podem subjazer, na experiencia do GAC.

Quais são os focos que procuramos para essas linhas pontilhadas, é muito importante que tenha suficiente tempo para considerar sua posição e que talvez não deva ser uma posição definitiva, e então como passo seguinte podemos falar de coisas em que todos concordamos, que merecem uma consideração e começar a analisar as opções para essa ação e depois ver o que deve ser aplicado a cada organização em particular.

BILL GRAHAM:

Obrigado Austrália, acho que isso nos leva a concluir com esse ponto e passar a falar sobre os passos seguintes.

Há um ponto no debate das ultimas semanas sobre como continuar avançando sobre essa questão e eu acho que essa é a minha conclusão desses debates, que seria de valor continuar com um debate na pauta primeiramente, colocar algumas possibilidades em consideração para serem debatidas alguma sugestão para que sejam formados outros grupos de trabalho e foi o Reino Unido que exprimiu alguma ideia sobre isso na última parte dentro do contexto do GAC, porque naturalmente cada membro do GAC representa seu próprio governo e visão, e isso poderia ser problemático, encontrar um representante para o grupo inteiro, mas como Chriss disse poderia haver um subgrupo dos membros do GAC

que pudesse levar em conta todas essas questões em particular.

Então o que eu proponho é abrir um debate à parte dentro da lista, aberta a todos aqueles que desejarem participar para estabelecer certas ideias e conversar sobre essas ideias dentro do que foi debatido hoje e foi um debate muito útil, procurar como ele poderia ser estruturado com sugestões que mereçam uma análise mais profunda e depois dividir esses debates para chegar a algum ponto que seja benéfico para a nossa reunião de Toronto. Concorda Manal?

A representante do Reino Unido pede a palavra.

MANAL ISMAIL:

Sim concordo.

Agora a representante dos estados unidos tem a palavra.

ESTADOS UNIDOS:

Eu lamento ter tomado a palavra de novo.

Eu gostaria de agradecer os comentários dos meus colegas e também a você por ter resumido esse debate hoje deve deixar claro que pode haver um número menor de voluntários mas posso garantir que o GAC em geral se reúne em pequenos grupos mas a relação geral tenta ver o que é proposto para tenta chegar a um ponto-chave que vamos identificar aqui, nesse ponto tem que ficar claro que embora possa haver várias oportunidades para que o GAC forneça as suas contribuições, isso pode ser diferente da função que nos podemos cumprir, segundo o que for denominado pela junta diretiva e eu não sei se tudo isso é levado em conta pela comunidade inteira, devemos construir mais pontes para que haja um melhor entendimento do nosso objetivo, se é que posso falar em

nome dos meus colegas, tudo isso para entender como funciona o processo, e quais os ajustes que poderiam ser necessários e os passos complementares que devem ser adotados. É uma possibilidade e essas recomendações são para mudar alguma coisa, devemos chegar com propostas concretas a os grupos de trabalho para termos ideias concretas sobre as quais poderíamos trabalhar em Toronto e eu me ofereço, obviamente, como voluntária.

MANAL ISMAIL:

Obrigado.

Eu acho que a participação precoce no GAC não vai pressionar de modo algum o GAC mas pelo contrário, vai dar mais tempo para que possa dar suas contribuições e por outra parte elimina surpresas tanto das organizações auxiliares quanto dos comités assessórios numa fase mais tardia, então acho que é uma boa posição.

Tem a palavra a Argentina.

ARGENTINA:

Eu também gostaria de me oferecer para os grupos de trabalho.

MANAL ISMAIL:

Reino Unido tem agora a palavra.

Reino Unido:

Realmente eu apoio o facto de tentar alcançar os resultados concretos e isso tem a ver com uma recomendação da ATRT e eu acho que precisamos fornecer um tipo de sinal e um bom ponto de partida pode ser a reunião em Toronto, temos colegas aqui que desejam asiasdadas nessa questão e acho que tentamos

pensar em algo concreto para Toronto as CO também devem participar desse processo, são as SO que devem estar envolvidas para desenvolver as fórmulas sobre o que nós fomos desenvolver.

Acho que então deveríamos ter um caminho bem definido desde o presente até à reunião em Toronto, especialmente com essa recomendação de hoje para que seja implementada, talvez seja muito ambicioso mas eu acho que são recomendações importantes e deveríamos cumprir com elas.

Obrigado

MANAL ISMAL:

Obrigado Reino Unido.

Sim, acho que Toronto tem que ser realmente uma baliza para essa recomendação, acho que podemos continuar com o debate *online* e os voluntários obviamente vão nos ajudar a chegar a outras organizações e comités assessores para que as ideias fiquem na lista, para que todos participem dos debates.

Eu penso que isso vai ser de utilidade e se não houver mais comentários podemos então finalizar a sessão na hora certa.

BILL GRAHAM:

Muito obrigado Manal e Reino Unido.

Entendemos a importância que tem tudo isso e as recomendações então nós vamos ter Toronto como meta para fazer alguma coisa a respeito, eu concordo que não é apenas o grupo de trabalho ou a comissão e o GAC que tem que fazê-lo de forma isolada mas tem que haver um mecanismo para que participem as comissões, quando

tivermos esse ponto de debate devemos convidá-los para que contribuam nesse processo e não no processo inverso, obrigado a todos pelo que disseram, os que estão na lista e os que estão presentes, agradeço e espero continuar trabalhando com todos vocês daqui até à reunião de Toronto.

HEATHER DRYDEN:

Obrigado a todos.

Realmente foi muito importante o avanço que se deu no registro da assessoria do GAC, vejo que existe um acompanhamento do trabalho e sei que vão haver boas comunicações, peço que voltem às 2 horas porque nos vamos encontrar com a equipe de revisão de segurança e elasticidade. Desejo um bom almoço a todos.

Obrigado.